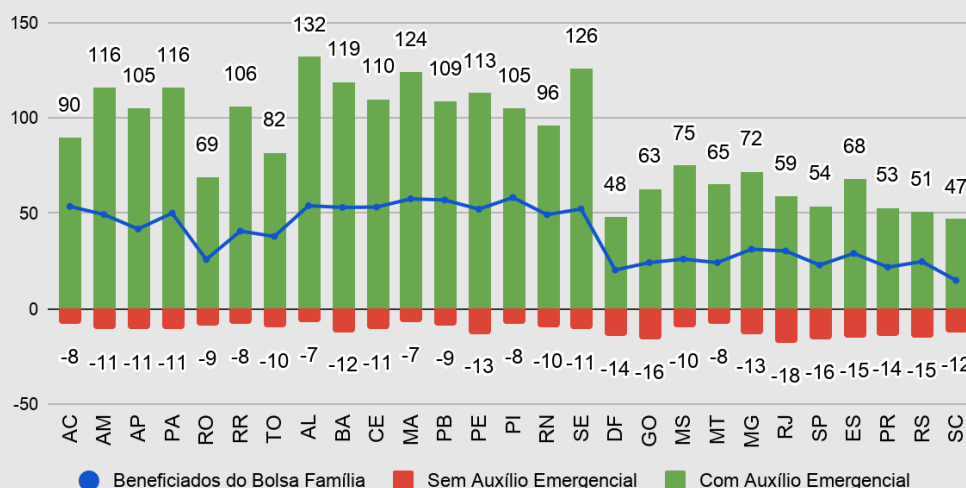


Efeitos do Auxílio Emergencial na Renda Média Domiciliar dos Estados em junho (em %)



Fonte: Elaboração própria, a partir de Gonzalez & Barreira (2020)ⁱ e Costa & Freire (2020)ⁱⁱ.

“Nem tudo é sobre dinheiro”, como bem lembrado pela cientista política Mariana Borges, em artigo do dia 4 na Folha de São Paulo, mas o Auxílio Emergencial (AE) – programa de transferência de renda para socorrer grupos vulneráveis diante da pandemia do COVID-19 – parece ter se convertido num instrumento valioso para o governo cooptar a parcela mais pobre do eleitorado para a sua base política, escalonando tensões internas acerca do déficit fiscal e colaborando para demissões na equipe econômica.

Conforme dados disponíveis no site do Ministério da Cidadania, quase 67 milhões de pessoas, ou mais exatamente, 66.936.574 pessoas, receberam, ou estavam habilitadas a receber a primeira parcela do AE, perfazendo 31,6% da população brasileira.

O acesso ao benefício se deu de três formas. Pessoas que estavam no Cadastro Único (CadÚnico) e que não recebiam o Bolsa Família, mas também os que o recebiam, receberam o benefício automaticamente. A outra forma seria se cadastrar no aplicativo da Caixa Econômica Federal.

Para aqueles que tiveram acesso ao AE pelo Bolsa Família, coube uma parcela de quase um terço (32,6%) dos recursos, com média per capita maior desses recursos para esses do que para os das demais formas de acesso.

Tal parcela ficou mais concentrada nos estados das regiões Nordeste e Norte, onde o percentual de beneficiários com acesso ao AE através do Bolsa Família é maior, conforme Costa & Freire (2020), com dados de 22 de abril, para os estados.

Gonzales e Barreira (2020), fazendo uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) COVID-19 relativa ao mês de junho, compararam os rendimentos totais dos domicílios dos beneficiados com e sem o AE antes e depois do benefício e concluíram – conforme o gráfico apresentado acima, apresentados no gráfico inicial deste artigo, juntamente com o percentual de beneficiários com acesso ao AE através do Bolsa Família, conforme Costa & Freire (2020) – que em todos os estados a renda domiciliar dos beneficiários do AE aumentou com ele. Sem ele, porém, as rendas desses que foram beneficiados seriam menores do que antes.

Nos estados do Nordeste, de maiores percentuais de beneficiários com acesso através do Bolsa Família, os ganhos na renda provenientes do AE ultrapassam 100%, exceto Rio Grande do Norte (96%).

No Centro-Oeste, Sudeste e Sul esses ganhos alcançaram, no máximo, 75% (Mato Grosso do Sul). Costa & Freire (2020) observam nos dados da Pnad Covid que os repasses do AE para os estados do N e Ne são maiores porque essas regiões concentram o maior número de beneficiários cadastrados no Bolsa Família e recebem automaticamente o benefício, ao passo que o acesso via aplicativo da Caixa é predominante para os demais estados.

Assim, o AE garantiu um aumento de renda entre os trabalhadores de baixa renda prejudicados pela crise econômica, resultante da pandemia, e trouxe um ganho mais do que proporcional a esses para os que não necessariamente foram diretamente afetados por ela. Em ambos os casos, o presidente, que a priori havia sido contrário ao AE e defendido originalmente apenas $\frac{1}{3}$ do seu valor, percebeu o seu enorme potencial político para conquistar a população de baixa renda, principalmente do Norte e Nordeste. Este último, principalmente, forte reduto do PT. Não sem motivo, o governo apresenta, pela primeira vez, uma elevação de sua aprovação entre os setores que recebem até 2 salários mínimos, fração numericamente maior que a classe média e que é essencial para a sua reeleição.

Diante disso, o presidente já acenou com propostas para prolongar o AE e para substituir o Bolsa Família pelo Renda Brasil em 2021, de modo a criar um programa que leve seu nome.

Políticas públicas distributivas de renda e consumo, tais como o AE, foi uma alternativa no atual cenário econômico largamente usada ao redor do mundo. Aqui, porém, por ter como critério de acesso automático o Bolsa Família, essa política parece ter logrado ao Governo Bolsonaro apoderar-se de parte significativa do eleitorado lulista.

Em meio a uma briga feia entre duas alas de seu governo, uma desenvolvimentista e outra liberal, qualquer decisão do presidente será influenciada por essa “conquista”.

ⁱ COSTA, Ecio de Farias; FREIRE, Marcelo Acioly dos Santos. Estudo de Avaliação do Programa de Auxílio Emergencial: uma análise sobre focalização e eficácia a nível municipal. Julho, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343015955_ESTUDO_DE_AVALIACAO_DO_PROGRAMA_DE_AUXILIO_EMERGENCIAL_UMA_ANALISE_SOBRE_FOCALIZACAO_E_EFICACIA_A_NIVEL_MUNICIPAL>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

ⁱⁱ GONZALEZ, Lauro; BARREIRA, Bruno. Efeitos do auxílio emergencial sobre a renda: excessivas são a pobreza e a desigualdade, não o auxílio. Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2020. Disponível em: <<https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u624/auxilioemergv10.pdf>>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

Alba Bruna Barbosa Boaventura
Wagner Nóbrega